

AMÉRICA DO SUL / Referência de oposição, Cristina Kirchner ficará inelegível pelo resto da vida e cumprirá prisão domiciliar. Analistas afirmam que o cenário político na Argentina será bastante modificado, mas é arriscado opinar sobre o futuro

Peronismo em xeque

» RENATA GIRALDI

A condenação de inelegibilidade permanente e a prisão domiciliar por seis anos da ex-presidente da Argentina Cristina Kirchner (2007-2011 e 2011-2015), de 72 anos, reacenderam no país uma série de discussões sobre o cenário político e o futuro do chamado peronismo — movimento que reúne distintas forças da esquerda e que, na sua maioria, a apoiam. Especialistas consultados pelo **Correio** alertam que a incerteza ainda prevalece e que será necessário mais tempo para verificar se, cumprindo prisão domiciliar, ela conseguirá conduzir seus seguidores e, mesmo impossibilitada de concorrer às eleições, fará sucessores.

As manifestações pela condenação de Kirchner se misturam a um clima social tenso por protestos de estudantes, cientistas e profissionais de saúde contra os cortes orçamentários do governo. Para o professor Gustavo Menon, coordenador de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB), e docente no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP, há uma alteração drástica no equilíbrio de forças políticas na Argentina.

“A condenação de Kirchner reforça o debate sobre o fenômeno do *laufare* (o uso do Judiciário para fins políticos, visando neutralizar lideranças políticas), padrão observado também no Brasil, Peru e no Equador. A sentença pode ser interpretada como um sinal de enfraquecimento das forças progressistas e nacional-populares na América do Sul, em um momento de desintegração econômica e perda de protagonismo dos projetos de integração regional no subcontinente.”

Honra

Paralelamente, Cristina Kirchner busca uma saída honrosa para a decisão que a obriga a devolver 85 bilhões de pesos (cerca de US\$ 70 milhões) para os cofres públicos, e ficar restrita ao seu apartamento, em prisão domiciliar. Na Argentina, idosos acima dos 70 anos, têm direito à prisão domiciliar, que ela pediu para em um apartamento, a poucos minutos do Congresso Nacional, além de manter a dispensa de usar tornozeleira eletrônica, que tem, desde a tentativa de assassinato, que sofreu em 2022.

O advogado Gregorio Dalbón, que defende a ex-presidente, denunciou que a condenação é motivada por “perseguição política” ao Tribunal Penal Internacional, em Haia. Ela foi responsabilizada



Ex-presidente quer ser dispensada da tornozeleira eletrônica e permanecer no apartamento perto do Congresso Nacional

Duas perguntas para

GLADSTONE LEONEL JÚNIOR, professor da pós-graduação em direito da Universidade de Brasília (UnB), pós-doutor em direitos humanos e cidadania e integrante da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

O que representam o julgamento e a condenação de Cristina Kirchner para a Argentina e a América do Sul?

O que acontece na Argentina é um reflexo do que se passa com o Judiciário na América do Sul, em geral. É a criminalização dos projetos populares. Isso não aconteceu apenas com o Kirchnerismo na Argentina, mas foi a operação Lava Jato no Brasil, o que acontece com o Evo Morales, na Bolívia, e com Rafael Correa, no Equador. O Poder Judiciário acaba contribuindo frente a uma

ordem diante de um governo popular que a Cristina representa. Essa condenação é mais um momento dessa criminalização do Judiciário cumprindo o papel de mantenedor da ordem.

Na sua avaliação, muda o cenário político argentino?

Muda, sim, porque se trata da maior liderança argentina atual. Isso tende a intensificar também a uma resistência ao governo Javier Milei. Por mais que demonstre que apresenta uma sobrevida ao governo atual porque a principal liderança te-

nha sido condenada, esse grupo peronista terá de se reinventar e poderá vir com mais força. Acredito que a mobilização vai acontecer. Talvez uma reorganização que não irá se pautar em torno da Cristina, mas irá fortalecer a sociedade civil. (RG)

ALEJANDRO CESAR SIMONOFF, doutor em relações internacionais, professor titular de história contemporânea na faculdade de ciências humanas e da educação e relações internacionais na Universidade Nacional de La Plata (UNLP), na Argentina

Como está a Argentina hoje após a decisão da Suprema Corte?

Há um elevado grau de convulsão no país sob o impacto da decisão da Justiça. Muitas forças políticas saíram às ruas, houve protestos e manifestações. Temos aí pelo menos dois cenários: se a prisão domiciliar de Cristina Kirchner Fernández significará a retração do peronismo ou se eclodirá na formação de uma resistência. Outro aspecto é se avançará um processo de fragmentação dessas forças que a apoiam.

Pelas manifestações de terça-feira, é possível afirmar que ela conta com a lealdade de seus seguidores?

É possível afirmar que existe, sim, uma mobilização intensa. Porém, é preciso aguardar para verificar como serão os movimentos desses grupos, que a acompanham,

e como vão reagir diante da possibilidade de ela ficar isolada. Pode surgir uma nova reorganização de forças políticas, por exemplo. É preciso esperar mais tempo. O que se percebe é que muitos grupos

políticos devem se mobilizar em torno da decisão, indicando mudanças no cenário político. Mas não se pode afirmar o que acontecerá nem como serão eventuais mudanças que estão por vir. (RG)

por administração fraudulenta em contratos de obras públicas na província de Santa Cruz (sul). “Essa condenação é o resultado de um processo viciado, direcionado desde sua origem para atingir um objetivo político:

proscrever a mulher que mais vezes ganhou nas urnas desde a recuperação democrática”, escreveu ele na rede social X.

Anteontem, a própria Kirchner acusou de “marionetes” os três magistrados da Suprema Corte que

decidiram contra ela e, diante de uma multidão de simpatizantes, assegurou que “a sentença já estava escrita” antes do julgamento. Questionado sobre a sentença, o adversário político da peronista, presidente argentino, Javier Milei, que

está em Israel, foi lacônico: “Justiça. Fim”. Porém, logo após o anúncio da decisão, milhares de seguidores da política saíram às ruas em protesto. Há indícios de mais manifestações nos próximos dias.

A exemplo de outros analistas

Eu acho...

Arquivo pessoal



“A ausência de Cristina Kirchner pode tirar do governo Milei o principal “inimigo” e dificultar a manutenção de uma retórica antiperonista, que sustenta parte de sua estratégia política”

Gustavo Menon, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB)

» Indulto pela absolvição

É o perdão presidencial. Na Argentina, a possibilidade existe, mas considerando que Cristina Kirchner e Javier Milei são adversários políticos, a alternativa é remota. Há, ainda, o agravante de ela ser condenada por corrupção contra o Estado argentino. No passado, foram concedidos indultos pelo ex-presidente liberal Carlos Menem (1989-1999) a militares condenados por crimes contra a humanidade durante a última ditadura (1976-1983). Eles foram posteriormente revogados por inconstitucionalidade.

ouvidos pelo **Correio**, Menon afirmou que a decisão da Justiça impondo a inelegibilidade a Cristina Kirchner “muda significativamente o cenário político”. “Duas hipóteses podem ser consideradas: de um lado, alguns analistas apontam que a ausência de Cristina tende a marginalizar gradualmente seu grupo político; de outro, sua prisão pode fortalecer e reacender o peronismo, unificando-o em torno de sua figura como vítima de perseguição judicial e criando uma narrativa de resistência.” Segundo ele, o nome apontado como sucessor natural da ex-presidente é o do governador da província de Buenos Aires, Axel Kicillof.

ORIENTE MÉDIO

Oposição quer dissolver parlamento em Israel

Em meio a quase dois anos de guerra na Faixa de Gaza, críticas internacionais pela violência e pelos impedimentos à ajuda humanitária na região, a oposição pressiona para dissolução do Knesset, o Parlamento do país. Com a iniciativa, os opositoristas buscam fragilizar o governo do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, bastante criticado pelo longo conflito com os grupos terroristas e as vítimas civis israelenses. Para obter a aprovação do projeto, é preciso conquistar o apoio dos ultraortodoxos, insatisfeitos com o governo.

Os jornais israelenses informam que os ultraortodoxos, que até então apoiavam Netanyahu, pediram mais uma semana para debaterem o assunto. Porém, as discussões e votações costumam se estender madrugada adentro. Mesmo se aprovado no Knesset, que é unicameral com 120 parlamentares — que representam na sua maioria 11 principais partidos políticos e se dividem entre

direita, esquerda e centro —, o projeto precisa passar por três rodadas de votações. Se fracassar, a oposição terá que esperar seis meses para apresentar outra iniciativa similar.

O Likud, partido de Netanyahu, busca um acordo com os ultraortodoxos para evitar a dissolução e a convocação de novas eleições. Os partidos conservadores Shas e Judaísmo Unido da Torá (JUT) ameaçam se somar à iniciativa por reação à nova proposta à lei de recrutamento. Pelo texto, será encerrada a isenção do serviço militar para os judeus ultraortodoxos. Por décadas, os ultraortodoxos se beneficiaram da não obrigatoriedade de prestar o serviço militar. Esse privilégio é criticado por muitos israelenses, sobretudo, diante dos confrontos em Gaza.

Enfrentamento

Para atender aos ultraortodoxos, Netanyahu terá de enfrentar



Fragilizado, o governo de Benjamin Netanyahu é alvo de críticas

seus aliados que insistem na medida. Aos 75 anos, o primeiro-ministro está no poder desde dezembro de 2022. Mas,

anteriormente, ocupou o cargo de 1996 a 1999 e de 2009 a 2021. Nos últimos três anos, ele virou alvo de muitas críticas,

sobretudo pelas decisões tomadas em relação à guerra em Gaza.

Internamente, Netanyahu é cobrado pelo resgate dos reféns, capturados pelos grupos terroristas, e o longo período de guerra. Anteontem, cinco governos do Reino Unido, da Austrália, do Canadá, da Nova Zelândia e da Noruega impuseram sanções a dois assessores diretos do primeiro-ministro após acusá-los de “incitação à violência” contra palestinos na Cisjordânia. Itamar Ben Gvir e Bezalel Smotrich, ministros da Segurança Nacional e das Finanças, são acusados de incitar a “violência extrema e graves violações dos direitos humanos dos palestinos”, informaram comunicados oficiais.

No momento em que o parlamento debate o projeto, o governo anuncia os resgates dos corpos de Yair Yaakov, de 59 anos, morador do Kibutz Nir Oz, e de um segundo refém, também

» Para Jerusalém

O presidente argentino Javier Milei afirmou, ontem, que irá transferir a embaixada Argentina de Tel Aviv para Jerusalém em 2026. Apenas Estados Unidos, Paraguai, Guatemala, Honduras, Kosovo e Papua-Nova Guiné têm representações diplomáticas na cidade. A maioria das embaixadas estrangeiras permanece em Tel Aviv para não interferir nas negociações.

sequestrado em 7 de outubro, em Gaza. O nome deste homem não foi revelado a pedido da família. Os militares do Exército que lideraram a operação de recuperação dos restos mortais dos dois. Para parte da sociedade israelense, Netanyahu não tem agido de forma contumaz em relação às vítimas dos grupos terroristas.